

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO
PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO MISTO DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO
DO SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO NA REGIÃO DO ALGARVE**

(REF.ª DGA-EO.AD-AS-20/2024)

I. A sociedade **Águas do Algarve, S.A.**, com sede em Rua do Repouso, n.º 10,8000-302 Faro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Faro, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º 505 176 300, com capital social de 29.825.000,00 (*vinete e nove milhões, oitocentos e vinte e cinco mil euros*), telefone: +351 289 89 90 701, endereço eletrónico: geral.ada@adp.pt, abreviadamente designada por **AdA**, convida **LUÍS FONSECA VERDE DE SOUSA**, NIF 213 861 402, com o e-mail: lvs@lvsadvogados.pt, com domicílio profissional em Rua Castilho, n.º 32, 4.º andar, 1250-070 Lisboa, a apresentar proposta para a celebração de **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO MISTO DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO NA REGIÃO DO ALGARVE**.

O presente processo é desenvolvido no âmbito do contrato de INVESTIMENTO RE-C09-i01.04 “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve” contribuindo assim de forma positiva para a eficiente utilização dos recursos hídricos e para a minimização dos efeitos decorrentes da escassez de água que assola a região do Algarve. A contratação agora em apreço, compromete-se a respeitar e assegurar o cumprimento do princípio de “Não Prejudicar Significativamente” (Princípio DNSH), na execução do investimento, através da incorporação dos requisitos aplicáveis previstos no PRR, nas peças contratuais de procedimentos de contratação pública e nos contratos resultantes contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima.

2. Informa-se que:
 - a) A decisão de contratar foi tomada pela Comissão Executiva da **AdA**, por deliberação de **16 de julho de 2024**;
 - b) A escolha do procedimento de ajuste direto funda-se no disposto na alínea d) do n.º I do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Conselho de Administração da **AdA**.
3. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a identificação de erros e omissões identificados pelo interessado deve ser apresentado até às **18h00m00s dia 19 de julho de 2024**, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
4. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente convite, que dele faz parte integrante;
 - b) Proposta, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II** ao presente convite, que dele faz parte integrante;
 - c) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente convite ou no caderno de encargos.
5. Não é admitida a apresentação de proposta variante.
6. A proposta deve ser entregue até às **18h00m00s do dia 22 de julho de 2024**, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
7. O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
8. A proposta apresentada não será objeto de negociação.

9. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 122.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta é excluída quando:
- a) Apresente atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) O preço contratual seja superior ao preço base definido no Caderno de Encargos.
10. No prazo de **5 (cinco) dias** úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, devem ser apresentados, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, sob pena de caducidade, os seguintes documentos:
- a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
 - i. Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - ii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
 - iii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal.
 - b) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III** ao presente convite, que dele faz parte integrante.
11. A apresentação dos documentos referidos nos números anteriores pode ser substituída pela indicação do sítio na *Internet* onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
12. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada à Comissão Executiva da **AdA**, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias úteis.
13. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no ponto anterior do presente convite;
 - b) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
14. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
15. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar declaração de aceitação do código de conduta para fornecedores, elaborada em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO IV** ao presente convite e que dele faz parte integrante, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
16. Nos termos do n.º I do artigo 87.º-A do Código dos Contratos Públicos, a decisão de adjudicação caduca se o adjudicatário, por facto que lhe seja imputável, não apresentar a declaração de aceitação do código de conduta para fornecedores.
17. A minuta do contrato de aquisição de serviços é notificada em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se a mesma aceite caso não seja formulada qualquer reclamação nos 5 (*cinco*) dias úteis subsequentes à notificação.
18. A participação de concorrente que se encontre em alguma das situações previstas no n.º 6 do artigo 113.º do CCP, no momento da apresentação da respetiva proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato, constitui contraordenação muito grave, para efeitos da alínea a) do artigo 456.º do CCP.
19. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
20. A minuta de contrato deve ser comunicada ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (*três*) dias úteis, estipulando um prazo para a outorga e remessa do contrato.
21. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não outorgar e remeter o contrato no prazo estipulado pela Conselho de Administração da **AdA**.

22. Não é exigida a prestação de caução.
23. Os dados pessoais, que eventualmente constem da proposta e dos respetivos anexos serão analisados pela **AdA**, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
24. Com a entrega da proposta, o concorrente assume a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
25. A **AdA** garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
26. A **AdA** garante igualmente que o concorrente pode, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
27. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados: empresa *Best Privacy Consulting*, através do seguinte endereço eletrónico: dpo.ada@adp.pt ou Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302 Faro.

JUNTA: 4 (*quatro*) anexos e Caderno de Encargos.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º e a alínea a) do n.º 4 do convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (I)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO MISTO DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO NA REGIÃO DO ALGARVE”**, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (2):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (3)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere a alínea b) do n.º 4 do Convite]

_____ [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de
_____ [qualidade em que subscreve a declaração] da
_____ [identificação da sociedade ou do agrupamento], notificado do Convite
de [●]/07/2024 [data do envio do convite], formulado pela **AdA**, para a apresentação de proposta
para a celebração de contrato de “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO
ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO MISTO DE
CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO NA
REGIÃO DO ALGARVE**”, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido
contrato de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara
aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Declara, ainda, que se obriga a executar o contrato de aquisição de serviços de assessoria jurídica
pelo seguinte preço global de execução € _____ [quantia por extenso], quantia à
qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, decomposto nos
seguintes termos:

- a) Montante de € _____ [quantia por extenso], relativo à assessoria
jurídica ao júri do procedimento na análise e avaliação das propostas e questões conexas;
- b) Montante de € _____ [quantia por extenso], relativo à assessoria
jurídica prestada na fase pós-adjudicatória do procedimento;
- c) Montante de € _____ [quantia por extenso], relativo à assessoria
jurídica prestada na análise de impugnações administrativas.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

[a que se refere a alínea b) do n.º 10 do convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO MISTO DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO NA REGIÃO DO ALGARVE”**, declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica ...) como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (2) os documentos comprovativos que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

[a que se refere o n.º 15 do Convite]

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), assume o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta para Fornecedores (COD.3), declarando que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, não interferindo no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);

- k) “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050;
- l) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- m) Informa a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;
- n) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

Assinatura(s)